

ORDEM E PROGRESSO.

(Nota à margem do livro de Gilberto Freyre) (*).

Outros dirão do valor literário e cultural da obra de Gilberto Freyre há pouco publicada. Quero aqui apenas opor embargos a um dos depoimentos que mereceram guarida por parte do ilustre escritor pernambucano — o depoimento sôbre o Colégio Pedro II, prestado pelo médico Carlos Luís de Vargas Dantas, nascido em 1870 na então província do Rio de Janeiro. Na página 168 do volume I de **Ordem e Progresso** escreve Gilberto Freyre:

“Interessantíssimo a respeito de Benjamin e ainda em ligação com o Pedro II, é o pormenor de que Carlos Luís guardou a lembrança até a velhice, **sem nunca o ter divulgado** (grifo desta transcrição): “Tinha Benjamin Constant um filho, seu homônimo, no 6.º ano do Colégio Pedro II (Externato). Por êle fui procurado quase no encerramento do ano letivo de 1889, creio que em 26 de novembro, para que como setianista, encabeçasse as assinaturas de uma petição coletiva por êle trazida de casa, na qual os alunos de todos os anos solicitavam que o (novo) Ministro da Instrução (Benjamin Constant) lhes concedesse dispensa do ato de exame. Tratando-se de rapaz folgazão tomei o pedido como pilhéria, certo de que o pai não acederia ao pedido, mas depois de pequeno diálogo fiquei sabendo que entre pai e filho tudo tinha sido previamente concertado (...) cheio de surprêsa do que ouvia, prometi assinar não no início mas no meio e assim o fiz, para que minha recusa não fôsse mal interpretada. Recebida a petição foi logo deferida. Um dos beneficiados seria Benjamin Filho, com notas baixas em História Geral”.

“Houve, porém, dentre os professôres do Pedro II — que na República, por algum tempo se denominou Ginásio Nacional — quem não se deixasse “amedrontar com o poder discricionário do Ministro da Instrução (Benjamin

(*) — Transcrito do “O Jornal” do Rio de Janeiro, edição de 6 de junho de 1959, com a gentil autorização do autor (Nota da Redação).

Constant) “conforme a Carlos dissera o próprio Benjamin, filho: o professor de História Geral. Chamava-se Ramos Melo. Ramos Melo (...) contou calmamente as notas do aluno (Benjamin Constant Filho) e reprovou-o”. Benjamin Constant Filho não tinha notas que lhe permitissem ser dispensado do exame; e Ramos Melo não lhe elevou as notas, “amedrontado com o poder discricionário do Ministro da Instrução”: Benjamin Constant. Carlos Luís recorda o fato, **até hoje na sombra** (grifo desta transcrição), destacando no ato do professor “bela lição de hombridade e civismo”; mas sem deixar de informar haver o quixotismo custado a Ramos Melo “a jubilação compulsória poucos dias depois”. Vingança do Ministro republicano de Instrução Pública contra um professor do Pedro II, vindo da Monarquia; e escrupuloso no cumprimento do seu dever de mestre de um colégio-modêlo. O ato do Ministro parece ao depoente ter caracterizado em Benjamin Constant um catão não de todo autêntico”.

Se Gilberto Freyre houvesse registrado êsse depoimento como exemplo típico das **distorções de lembrança** (“**distorted remembrance**”) a que se refere, em sua **Sociology**, o Professor Bogardus, por êle mesmo citado, vol. I, págs. XXXVI e XXXVII, nada haveria a objetar-se. Infelizmente, porém, nenhuma restrição lhe apresenta e como que o endossa, achando-o **interessantíssimo**. E’ lamentável que assim haja feito o escritor pernambuco, pois, sem examinar a procedência de acusações tão graves, passou a acobertar com a autoridade do seu grande nome um amontoado de clamorosas inverdades.

Não foi sem motivo que Carlos Luís guardou, até a velhice, completo sigilo sôbre o sua suposta reminiscência.

Em primeiro lugar, em 26 de novembro de 1889, Benjamin Constant não era Ministro da Instrução, mas da Guerra, e tão absorvido andava em resguardar as novas instituições que nem tempo tinha de ir à casa, pernoitando no próprio Ministério.

Por outro lado é inteiramente falso haja o Governo Provisório de 1889 concedido exames por decreto, inovação pela primeira vez introduzida entre nós por ocasião da gripe de 1918.

Em terceiro lugar só em 19 de abril de 1890 foi criado o **Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos**. Nomeado primeiro titular dessa pasta, Benjamin Constant só a assumiu em 22 de junho de 1890, que foi quando deixou o Ministério da Guerra.

Fôsse verdadeira a acusação de haver Benjamin “concertado com o filho uma petição a êle, Ministro discricionário, de

alunos do Pedro II, no sentido de serem dispensados de exames de fim de ano — o ano de 1889! — os mesmos alunos, a fim de ser, com essa medida beneficiado o então também adolescente aluno Benjamin Constant Filho (I. cit., pág. 170), haveriam os monarquistas deixado escapar êsse maravilhoso **pitéu** para os seus ataques ao novo regime? Não lhe teriam consagrado pelo menos uma referência nos sete avantajados volumes de **A Década Republicana** em que dissecaram os desacertos do primeiro decênio da República? Morto Benjamin em 22 de janeiro de 1891, nada tinham a temer os autores de **A Década Republicana** se tivessem o que quer que fôsse para verberar-lhe, e, principalmente, uma indignidade como a que lhe é atribuída no depoimento citado. Carlos de Laet, catedrático do Colégio Pedro II, cheio de mágoa contra Benjamin, deixaria de tomar as dôres do seu companheiro de Congregação e não haveria de comentar um episódio tão próprio para desmoralizar aquêle que, no dizer de Rui Barbosa, fôra a **alma** do movimento republicano?

Em sua minuciosa **Memória Histórica**, comemorativa do primeiro centenário do Colégio Pedro II, nenhuma referência faz Escragnolle Dória à jubilação de Ramos Melo pelo Governo Provisório, assim se referindo a êsse professor:

“(em 1868) . . . ficava também em cátedra da Casa, por concurso, o professor de História Média e Moderna, dr. Domingos Ramos Melo. Não só então se dedicaria à cadeira como estimaria a disciplina, **publicando, já jubilado, em 1923, Lições de História Universal, Antiguidade, Vinte e Um Anos de Magistério no tempo do Imperador**, obra na qual o autor se revela um erudito, a par de todos os adiantamentos da História, e por vêzes apreciável pensador. Pena foi a morte não deixar Ramos Melo concluir obra valiosa”. (Escragnolle Dória, **Memória Histórica do Colégio Pedro II**, pág. 121).

Será possível que Ramos Melo, o qual ainda em 1923 publicaria um livro, levasse consigo para o túmulo o segrêdo, só conhecido por Carlos Luís, de haver a sua jubilação resultado de mesquinha e torpe vingança de Benjamin Constant?

Muitas são ainda as inverdades formuladas contra o fundador da República pelo monarquista Carlos Luís. Limite-me aqui a examinar tão só as circunstâncias em que Benjamin Constant se viu **forçado** a aceitar as chamadas **promoções por serviços relevantes**.

Conforme se lê na **Gazeta de Notícias** de 17 de janeiro de 1890 e em outros jornais como o **País** e o **Diário do Comércio** de 16 de janeiro do mesmo ano, no próprio momento em que, em nome do povo, Serzedelo Correia propôs as referidas promoções, delas se excluiu Benjamin Constant, dizendo:

“O vosso ato em extremo generoso, sou obrigado a declarar-vos com franqueza, rude embora, destooou profundamente do plano de conduta que me impus, e por isso peço licença para desistir terminantemente do pôsto que tão honrosamente me quereis conceder. **Eram muito diversas as minhas pretensões e devo acrescentar, muito mais patrióticas**”.

Persistiu Benjamin em seu propósito por considerar as promoções injustas e desabonadoras dos créditos cívicos do Exército. Mas, não conseguindo Deodoro resistir à pressão dos numerosos beneficiados, com êles se comprometera.

A contrariedade que lhe causava a resistência de Benjamin, seu Ministro da Guerra, chegou a agravar-lhe o estado de saúde, conforme opinião de Joaquim Murinho, seu médico assistente. Escreveu êste, então, uma carta a Rui Barbosa, Ministro da Fazenda do Governo Provisório, pedindo-lhe que como amigo comum, procurasse fazer cessar a divergência entre Benjamin e Deodoro.

Foi só à vista dessa carta que o nobre patriota se resignou a modificar a sua resolução anterior.

Fê-lo convencido, como salienta Teixeira Mendes, de que a sua permanência no Ministério e a vida do Marechal Deodoro representavam naquele momento interesses pátrios superiores aos inconvenientes de tal sacrifício.

Como poderia, de fato, Benjamin persistir na sua recusa, se Deodoro e Wandenkolk haviam aceito as suas promoções?

“Não era à paisana, mas trajando a minha modesta farda de Tenente-Coronel do Exército, que eu quisera assistir a glorificação de uma data inolvidável na história do Clube e na história de nossa própria Pátria. Vestindo o meu uniforme de Tenente-Coronel, uniforme sagrado pelos meu discípulos e por êsse 15 de novembro, dia em que o País se libertou do regime antigo, derrubando o trono, seu último vestígio — dominar-me-ia maior alegria, sentir-me-ia muito mais feliz, do que carregando uns pesados bordados de General, que me queimam os punhos...”.

Aliás, logo após a sua promoção a general ofereceu-se-lhe ensejo para deixar fora de qualquer dúvida haver-se conformado com a promoção levado apenas por motivos estranhos aos seus interesses pessoais. Falecendo o Marechal Âncora, quis Deodoro promover Benjamin ao posto que acabara de vagar. Ele, porém, apesar das instâncias do Chefe do Governo Provisório, recusou-se formalmente a aceitar a nova graduação, invocando, até, para fundamentar a sua recusa, a patente que recebera com tamanha repugnância.

Gilberto Freyre é incontestavelmente um escritor de boa fé, que o monarquista Carlos Luís mistificou, **passando-lhe gato por lebre**, para usar de uma expressão do próprio sociólogo de Apipucos ao se referir, no prefácio de sua obra, aos depoimentos que desprezou, “prejudicados, não por simples paixões ou exaltações ideológicas — de resto tão humanas — mas por interesse, além de particular, mesquinho, em desvirtuar acontecimentos ou desfigurar fatos” (I. cit., pág. XXVIII). Diante destes últimos, sem dúvida há de suprimir, nas futuras edições do seu livro, um depoimento não só destituído de qualquer base, mas até calunioso, pelo menos na parte referente a Benjamin Constant, “nome espiritual, quase nada terreno, a grande imagem da moralidade republicana, o mais puro dos corações, a mais santa das almas, o mais incorruptível dos caracteres, a mais benigna das consciências”, nas palavras de Rui Barbosa proferidas mais de um ano depois de sua morte. No testemunho do mesmo Rui, Benjamin Constant, “perseguido até ao fundo da sua pobreza doméstica pelo ódio anti-republicano, careceu de vir a público com o caderno das compras de armazém, para desfazer imputações abjetas” (Rui Barbosa **Finanças e Política da República**, págs. 297 a 357 da 1a. edição).

Não é de estranhar, portanto, procurasse o saudosista Carlos Luís desrecalcar, já na velhice, a sua máguia contra o fundador da república no Brasil, veiculando sobre êle um aleive até então **nunca divulgado** pois se o fôsse antes, seria imediatamente repellido e pulverizado pelos contemporâneos, conhecedores diretos dos acontecimentos...

Curioso no caso do monarquista Carlos Luís, é que, embora o considere **inimigo quase pessoal de Benjamin Constant por ter, a seu ver, êsse militar-intelectual se comportado incorretamente para com D. Pedro II, seu protetor** (I. cit., pág. 113), lhe haja Gilberto Freyre acolhido, sem qualquer restrição, o inverídico depoimento, qualificando-o até de interessantíssimo...

IVAN LINS